

Declaração sobre a Segunda Reposição do Fundo Verde para o Clima

[A rede de observadores da sociedade civil, Povos Indígenas e comunidades locais do Fundo Verde para o Clima](#) (GCF – *Green Climate Fund*) convoca para uma **ambiciosa segunda reposição que mais do que dobre os recursos comprometidos sob o GCF-1**, em linha com os esforços contínuos para estabelecer um Novo Objetivo Coletivo Quantificável de Financiamento Climático que seja baseado nas necessidades e drasticamente superior ao objetivo atual de US\$ 100 bilhões.

O recente [Sexto Relatório de Avaliação do IPCC](#) reforça não apenas a urgência da ação climática, mas também que o financiamento é um fator crítico para a ação. O relatório afirma que o financiamento climático para mitigação e adaptação deve aumentar muito para alcançar os objetivos climáticos, ressaltando como o financiamento climático é fundamental para alcançar os objetivos do Acordo de Paris, especialmente porque as Partes continuam a aumentar a ambição no caminho até a COP28. Os países em desenvolvimento que sofrem os impactos climáticos têm repetidamente destacado a importância de que o financiamento climático seja canalizado através de fundos multilaterais, especialmente aqueles que fazem parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e que servem ao Acordo de Paris. As estruturas e acordos de governança desses fundos permitem níveis mais altos de apropriação pelos países e prestação de contas às Partes, bem como oportunidades para que todos os países em desenvolvimento tenham acesso ao financiamento para implementar ações de acordo com seus planos, necessidades e prioridades nacionais.

Essas discussões reforçam a centralidade do GCF na arquitetura internacional de financiamento climático, pois é tanto o maior fundo sob a UNFCCC quanto o maior fundo multilateral para o clima. Em seu [instrumento de governança](#), o GCF destaca seu papel-chave e crescente na canalização de recursos financeiros novos, adicionais, adequados e previsíveis para os países em desenvolvimento, e na catalisação de financiamento climático a partir de fontes públicas, privadas e alternativas. Organizações da sociedade civil, assim como países

em desenvolvimento, defenderam a estrutura de governança do GCF – na qual os países contribuintes e os países beneficiários têm voz e voto iguais – como um elemento central que desafia o status quo de modos de financiamento pouco transparentes, “orientados pelo doador” e ineficazes.

O GCF pode e deve ser um veículo principal através do qual as Partes que são países desenvolvidos fornecem financiamento climático.

Portanto, pedimos às Partes que são países desenvolvidos que contribuam com sua parcela justa para a reposição do GCF, especialmente aqueles países que não contribuíram, apenas contribuíram na mobilização inicial de recursos, ou não cumpriram suas promessas no passado, e para entregar 100% de seus **compromissos sob a forma de doações**. Embora as contribuições voluntárias de outras Partes sejam bem-vindas, instamos às Partes que são países desenvolvidos a serem os principais contribuintes do GCF-2, em conformidade com o Acordo de Paris e suas obrigações sob a UNFCCC e o direito internacional. Uma reposição bem-sucedida do GCF serve como um sinal claro do compromisso das Partes com a implementação do Acordo de Paris.

Acreditamos no potencial do GCF para financiar ações climáticas reais e transformadoras.

O GCF tem o mandato de apoiar diretamente a implementação de ações climáticas orientadas pelos países, e pode amplificar esse trabalho com recursos adequados no GCF-2. Tem a capacidade de administrar recursos adicionais, tendo aumentado sua capacidade de programação através da ampliação de sua infraestrutura de recursos humanos, racionalizando seus procedimentos, encurtando o tempo para desembolsar fundos e criando mais transparência e responsabilidade pública em todas as suas operações. Com muitos projetos em andamento, o GCF está atualmente contido em sua ambição de programação devido à falta de financiamento disponível.

A abordagem de **apropriação pelo país** do GCF é uma característica chave, pois reconhece que uma ação climática eficaz reflete as prioridades e necessidades locais. Com base nas lições aprendidas, o GCF está preparado para ampliar suas modalidades de **acesso direto**, inclusive facilitando e simplificando o acesso ao financiamento de projetos e programas liderados localmente, especialmente para adaptação, **concebidos com a plena participação** de comunidades, Povos Indígenas, mulheres, jovens e pessoas com deficiência, entre outros. Ao ter uma compreensão mais ampla e inclusiva da apropriação pelo país, o financiamento

do GCF pode promover a aplicação do **conhecimento e da ciência tradicional e indígena** e atender às necessidades e prioridades locais de uma maneira compatível com os direitos.

Uma vantagem comparativa fundamental do GCF é sua abordagem de parceria e sua vasta rede de entidades acreditadas, a maioria das quais são entidades de acesso direto. O GCF apoia suas entidades na construção de capacidade para implementar as melhores práticas de salvaguardas ambientais e sociais e garantir os direitos dos Povos Indígenas, a igualdade de gênero, consulta e participação significativas, incluindo o direito dos Povos Indígenas ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), transparência e acesso à reparação. Assim, o financiamento do GCF alavanca esta rede para elevar o nível de ações climáticas eficazes e baseadas em direitos. Além disso, o GCF pode usar sua prática de acreditação e reacreditação para apoiar as entidades acreditadas **na mudança de seus portfólios para longe dos impulsores da mudança climática**, eliminando investimentos em combustíveis fósseis e fazendo a transição para atividades de baixa emissão e resilientes ao clima, de acordo com os objetivos do Acordo de Paris.

O GCF é o principal fundo para apoiar a implementação da Convenção e do Acordo de Paris. O GCF é uma das mais importantes fontes de financiamento de adaptação para as comunidades mais vulneráveis. Ele tem o mandato de fornecer um equilíbrio de fundos entre adaptação e mitigação e de garantir mais da metade de seu financiamento de adaptação para os SIDS, PMDs e estados africanos. Isto é especialmente crítico dado o drástico subfinanciamento da adaptação.

A urgência em combater a crise climática é inegável, e qualquer atraso no fornecimento de financiamento prejudicará vidas, meios de vida e paisagens, aumentando as perdas e danos no futuro próximo e nos anos vindouros. Uma reposição ambiciosa é necessária para que o GCF atinja seu potencial de mudança de paradigma e para provocar uma ação climática transformadora no contexto do desenvolvimento sustentável e limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C.